

MUNICÍPIO DE JUSSARA – ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO

REF: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2021

A comissão de licitação comunica aos interessados na execução do objeto do Edital de TOMADA DE PREÇOS nº 02/2021 que após a análise e verificação das propostas ofertadas, decidiu classificar as seguintes proponentes:

Nº	EMPRESA	VALOR R\$
01	CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA , CNPJ nº 05.326.878/0001-35	RS: 270.234,20 (duzentos e setenta mil e duzentos e trinta e quatro reais e vinte centavos)
02	O.S.L. INFRAESTRUTURA LTDA , CNPJ nº 27.943.728/0001-03	RS: 277.335,23 (duzentos e setenta e sete mil trezentos e trinta e cinco reais e vinte e três centavos)
03	J SETE CONSTRUTORA LTDA ME , CNPJ nº 14.171.608/0001-93	RS: 286.114,52 (duzentos e oitenta e seis mil cento e quatorze reais e cinquenta e dois centavos)

Comunica outrossim, que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data deste edital, a comissão de licitação dará vistas ao respectivo processo licitatório, a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Jussara, 14 de abril de 2021

Éder A. M. Marques
Presidente da C.P.L



DECRETO Nº 5746/2021

Institui o Comitê Municipal de Gestão Intersectorial das Políticas Públicas para a Primeira Infância

ROBISON PEDROSO DA SILVA, Prefeito Municipal de Jussara do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que confere o art. 160 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Municipal de Gestão Intersectorial das Políticas Públicas para a Primeira Infância de Jussara, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 13.257, de 08 de Março de 2016 - Marco Legal da Primeira Infância.

Parágrafo único. O Comitê a que se refere o caput possui caráter estratégico e está vinculado ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º São objetivos do Comitê Municipal de Gestão Intersectorial das Políticas Públicas para a Primeira Infância:

I – Elaborar o Plano Municipal pela Primeira Infância de forma integrada, por meio da conjugação de esforços entre todos os seus integrantes, observadas as diretrizes para a elaboração e implementação das políticas pela primeira infância estabelecidos pelo art. 4º da Lei Federal nº 1.257, de 08 de Março de 2016 - Marco Legal da Primeira Infância e em consonância com o Plano Nacional pela Primeira Infância 2020-2030.

II- Assegurar a articulação das ações voltadas à proteção e à promoção dos direitos da criança no âmbito do município, garantida a participação social por meio dos conselhos de direitos e representantes de entidades da sociedade civil.

III – Promover ações que concorram para a construção de uma cultura da intersectorialidade e da complementaridade das ações voltadas à proteção integral da criança, sua promoção e participação nos termos da Lei Federal nº 13.257, de 08 de Março de 2016 - Marco Legal da Primeira Infância.

IV – Acompanhar e avaliar a execução de políticas públicas voltadas à primeira infância, bem como do Plano Municipal pela Primeira Infância;

V – Atuar, em regime de colaboração com o Estado e a União, para o pleno atendimento dos direitos da criança na primeira infância;

VI – Propor e coordenar as ações de prevenção e proteção à criança na primeira infância contra toda forma de violência.

Art. 3º O Comitê será composto por um representante titular e um representante suplente dos seguintes órgãos e entidades:

I – da administração pública municipal:

- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Educação, Cultura;
- Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Lazer.

II – da sociedade civil, indicados pelos seguintes órgãos:

- Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Representantes da APMIF (Associação de Proteção à Maternidade e à Infância e a Família de Jussara);
- Representantes da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais);
- Representantes do Conselho Tutelar.

§ 1º Os membros do Comitê serão indicados pelo titular do órgão ou representante da entidade e designados em ato de nomeação.

§ 2º Na composição do Comitê deverá ser observada a paridade entre integrantes da administração pública municipal e os representantes da sociedade civil.

§ 3º O Comitê poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades públicas ou privadas para participar de suas reuniões, além daquelas dispostas no art. 3º, com a finalidade de colaborar e contribuir com as atividades de formulação e acompanhamento do Plano Municipal para a Primeira Infância, sem direito a voto.

§ 4º A participação dos representantes do Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 4º Além das atribuições conferidas ao Comitê no art. 2º, compete – lhe também:

I – Promover de forma intersectorial estudos, pesquisas, seminários, palestras, publicações e afins;

II – Dar publicidade a dados e informações sobre o andamento do Plano Municipal para a Primeira Infância para a população em geral;

Art. 5º A instalação e a constituição do Comitê Municipal de Gestão Intersectorial Políticas Públicas para a Primeira Infância se darão no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação deste decreto.

Art. 6º O funcionamento do Comitê Municipal de Gestão Intersectorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância será disciplinado em seu regimento interno, que deverá ser aprovado em ato da coordenação deste, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de sua constituição.

Art. 7º A representação dos órgãos, por meio de seus membros, deverá ocorrer pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, garantindo – se a possibilidade de alternância.

Parágrafo único. Poderá haver a recondução dos membros por igual período, nos termos do regimento interno.

Art. 8º As deliberações do Comitê serão adotadas por consenso ou maioria simples e publicadas em diário oficial local ou veículo de comunicação de ampla circulação.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jussara-PR, 14 de Abril de 2021

Robison Pedroso da Silva
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ

Estado do Paraná
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax (044) 3644-1114 e 3644-1100
Site: www.saomanoeildoparana.pr.gov.br e e-mail: compras@saomanoeildoparana.pr.gov.br
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná
CNPJ - 80.909.617/0001-63

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2021
EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA
SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2021 – PMSMP
FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÁS DE COZINHA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

O Município de São Manoel do Paraná, torna público para conhecimentos dos interessados, que a licitação supramencionada com data de abertura do dia 12/04/2021 às 09:00 horas, foi considerada DESERTA, face a ausência total de licitantes interessados.

Paço Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 14 de abril de 2021.

AGNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal
(Original Assinado)

MUNICÍPIO DE CIANORTE

Aviso de Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 31/2021
O Município de Cianorte, através da Divisão de Licitações, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que com autorização do Exmo. Sr. Prefeito, e de acordo com a legislação em vigor, que fará realizar, na Sala da Divisão de Licitações, sito no Centro Cívico nº 100, Cianorte, Paraná, PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço pelo maior percentual de desconto, com o seguinte objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos, hidráulicos, elétricos, tapeçaria, caldearia, alinhamento, entre outros, bem como a aquisição de peças mecânicas, hidráulicas, elétricas, lubrificantes, entre outros componentes para os caminhões e máquinas pesadas da Secretaria de Serviços Municipais. Credenciamento até às 8h30min do dia 30 de abril de 2021 através do site www.licitacoes.cianorte.pr.gov.br; o recebimento das propostas até às 9h do dia 30 de abril de 2021; início da sessão às 9h do dia 30 de abril de 2021; oferecimento de lances a partir das 14h00min do dia 30 de abril de 2021. O Edital e seus respectivos modelos, anexos e anexos, bem como informações quanto a quantidades, prazos, valores estimados e demais condições estão disponíveis no endereço acima ou pelo site <http://p.cianorte.pr.gov.br/8082/portalttransparencia/licitacoes>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro. Fones: (44) 3619-6207, 3619-6208 e 3619-6332. Cianorte, em 14 de Abril de 2021.

Kelly Karolyne Ickert
Chefe da Divisão de Licitações
ORIGINAL ASSINADO NO PROCESSO

MUNICÍPIO DE CIANORTE

Aviso de Edital de Licitação – Tomada de Preços nº 01/2021
O Município de Cianorte, através da Divisão de Licitações, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que com autorização do Exmo. Sr. Prefeito, e de acordo com a legislação em vigor, que fará realizar, às 9h do dia 03 de maio de 2021, na Sala de Reuniões da Divisão de Licitações, sito no Centro Cívico, nº 100, Cianorte, Paraná, TOMADA DE PREÇOS, tipo menor preço. Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de orçamento e projeto de engenharia rodoviária para pavimentação da Estrada dos Amóris e Estrada Ilmaré. Valor Máximo: R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais). Prazo para execução: 3 (três) meses. O Edital e seus respectivos modelos, anexos e anexos, poderão ser examinados e/ou retirados no endereço acima indicado, no horário de expediente, ou no Portal da Transparência do Município de Cianorte através do link: <http://p.cianorte.pr.gov.br/8082/portalttransparencia/licitacoes>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos à Comissão de Licitações – Telefones 44-3619-6207, 3619-6208, 3619-6209. Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 13 de Abril de 2021.

Kelly Karolyne Ickert
Chefe da Divisão de Licitações
ORIGINAL ASSINADO NO PROCESSO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 038/2021 – Processo 088/2021

O Prefeito do Município de Cianorte, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, torna público que Contrato com a empresa INT - SOLUÇÕES PARA RECICLAGEM LTDA, para aquisição de toner 18A para uso no Pronto Atendimento, Centro de Atendimento à Síndrome respiratória e demais unidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo valor estimado de R\$ 1.380,00 (Um mil, trezentos e oitenta reais), e prazo de EXECUÇÃO E VIGÊNCIA de 90 dias; mediante DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fundamento no artigo 24, caput da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 14 de Abril de 2021.

Marco Antônio Franzato
Prefeito

ORIGINAL ASSINADO NO
PROCESSO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N.º 141/2021 - LCT-PMC

PARTES:
MUNICÍPIO DE CIANORTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede no Centro Cívico nº 100, inscrita no CNPJ/MF nº 76.309.806/0001-28 e a empresa INT - SOLUÇÕES PARA RECICLAGEM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Neo Martins, 242, Zona 03, CEP 87.050-110, na cidade de MARINGÁ, estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.783.592/0001-57.

FUNDAMENTO LEGAL: O contrato decorre do processo de licitação modalidade Dispensa por Justificativa nº 38/2021. OBJETO: Aquisição de toner 18A para uso no Pronto Atendimento, Centro de Atendimento à Síndrome respiratória e demais unidades da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: O presente contrato é firmado pelo valor estimado de R\$ 1.380,00 (Um mil, trezentos e oitenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 dias.

Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 14 de Abril de 2021.

Marco Antônio Franzato
Prefeito

ORIGINAL ASSINADO NO
PROCESSO



MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS

Praça Caramuru, 150 – Centro – CEP 87.235-000
Fone/Fax 44-3674-1108 – 3674-1560 – CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: gabinete@indianapolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 628/2021

Súmula: "Institui auxílio financeiro diretamente a pessoas físicas detentoras de estabelecimentos comerciais não essenciais noturnos do Município de Indianópolis, afetados pela suspensão de atividades, em razão dos Decretos Estaduais Nº 6.983/2021, Nº 7.020/2021 e Nº 7.122/2021 do Governo do Estado do Paraná e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Indianópolis, Estado do Paraná aprova, e eu, JULIANO TREVISAN CORDEIRO, Prefeito do Município de Indianópolis, no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte:

L. E. I.

Art. 1º - Fica instituído, auxílio financeiro diretamente a pessoas físicas detentoras de estabelecimentos comerciais afetados pela suspensão das atividades não essenciais noturnas em razão da Pandemia do Covid-19 e dos Decretos Estaduais Nº 6.983/2021, Nº 7.020/2021 e Nº 7.122/2021 do Governo do Estado do Paraná.

Art. 2º - O auxílio descrito no artigo anterior consistirá no pagamento de 04 (quatro) parcelas, iguais e sucessivas, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por parcela/beneficiário, a partir do mês subsequente à publicação da presente.

Art. 3º - Os beneficiados pelo auxílio financeiro não poderão demitir funcionários, nem mesmo encerrar suas atividades no período de 12 (doze) meses, sob pena de devolução dos recursos recebidos, devidamente atualizados.

Art. 4º - Para ser contemplado com o auxílio financeiro, o interessado deverá agilizar sua inscrição junto à Prefeitura Municipal de Indianópolis, na Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, apresentando os seguintes documentos:

- Cópia de comprovante de endereço onde funciona o estabelecimento;
- CPF;
- Certidão Negativa de Débitos Municipais;

Parágrafo Único - Os interessados deverão apresentar no ato de inscrição conta bancária em seu nome, exclusivamente nos bancos Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil.

Art. 5º - As inscrições serão submetidas à análise de uma Comissão Avaliadora, nomeada pelo Prefeito Municipal, composta por servidores públicos municipais, sendo:

- Assistente Social do CRAS;
- Representante da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio;
- Representante da Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo Único: Caberá a Comissão Avaliadora a emissão de parecer quanto ao cumprimento dos requisitos para acesso ao auxílio descrito nesta Lei, tendo como base laudo a ser realizado pela Assistente Social do CRAS do município de Indianópolis, quanto as condições socioeconômicas do beneficiário.

Art. 6º - Caberá ao CRAS, por intermédio de Assistente Social, a realização de visita ao beneficiário inscrito para o recebimento do auxílio financeiro descrito nesta Lei, para a verificação de sua necessidade, emitindo o respectivo laudo, no prazo máximo de 48 horas, a contar do pedido realizado nos termos do Artigo 4º da presente.

Art. 7º - O auxílio financeiro, fundamenta-se no interesse público decorrente no incentivo à manutenção das atividades comerciais como forma de proteger e preservar a função social originada da geração de empregos e renda, essenciais para a economia municipal e da geração de renda própria.

Art. 8º - Os recursos necessários para a cobertura das despesas previstas nesta Lei, serão alocados do orçamento vigente.

Art. 9º - O Poder Executivo, poderá regulamentar a presente Lei, por Decreto.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO" DE INDIANÓPOLIS,

ESTADO DO PARANÁ, em 14 de abril de 2021.

JULIANO TREVISAN CORDEIRO
Prefeito do Município de Indianópolis

www.indianopolis.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ

Estado do Paraná
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax (044) 3644-1114 e 3644-1100
Site: www.saomanoeildoparana.pr.gov.br e e-mail: compras@saomanoeildoparana.pr.gov.br
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná
CNPJ - 80.909.617/0001-63

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

INTROITO: "FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE LIMPEZA COPA E COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS NA UBS E DEMAIS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE."

AGNALDO TREVISAN, Prefeito Municipal de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, observando especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

Com base nas informações constantes no Pregão Na Forma Eletrônica Sistema Registro de Preços nº 02/2021 - PMSMP e em cumprimento aos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93 e anexas posteriores, acerto o relatório e decisão tomada pelo Pregoeiro e a Equipe de Apoio em conformidade com o Parecer Jurídico desta Prefeitura e HOMOLOGO o presente contrato, em favor das empresas: ANTONIO CARLOS OLIVEIRA MARTINS EPP, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob nº 24.628.788/0001-68, com sede na Avenida Itamarandiba, nº 62, Sala 017, Zona 1, CEP: 87200-046, Telefone: (44) 9 9151-4096 OU (44) 9 4455-0333, na cidade de Cianorte, Estado do Paraná, Lote 05 e 60, item ganho: 1 de cada lote, no valor total de R\$ 4.596,00 (Quatro mil quinhentos e noventa e seis reais).

CLEONICE MARIA PRATO ZIVIANI - ME, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob nº 62.209.228/0001-11, com sede na Praça Ibrahim Rodrigues Alves, nº 158, Centro, CEP: 87235-000, Telefone: (44) 3674-1371, na cidade de Indianópolis, Estado do Paraná, Lote: 63, 66, 67, 13, 16, 17, 18, 20, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 36, 38, 40, 44, 52, 53, 57, 58, 61, 64, 66, 73, 76, 78 e 79 item ganho: 1 de cada lote, no valor total de R\$ 25.817,90 (vinte e cinco mil oitocentos e dezesseis reais e noventa centavos).

COMERCIAL BEIRA RIO LTDA EPP, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob nº 40.138.949/0001-77, com sede na Rua Itamarandiba, nº 257, Lota 02, Centro, CEP: 86210-000, Telefone: (41) 3185-0554, na cidade de Jataizinho, Estado do Paraná, Lote: 63, 66, 67, 13, 16, 17, 18, 20, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 36, 38, 40, 44, 52, 53, 57, 58, 61, 64, 66, 73, 76, 78 e 79 item ganho: 1 de cada lote, no valor total de R\$ 25.817,90 (vinte e cinco mil oitocentos e dezesseis reais e noventa centavos).

MGIAL INDUSTRIA & COMERCIO DE COSMETICOS LTDA EPP, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob nº 26.758.579/0001-61, com sede na Avenida Gaspar Lopes, nº 71, Centro, CEP: 37144-000, Telefone: (35) 3271 - 6345, na cidade de Fátima, Estado de Minas Gerais, Lote: 23, 25, 42 e 43, item ganho: 1 de cada lote no valor total de R\$ 7.630,00 (Sete mil e sessenta e três reais).

MARYMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS EIRELI ME, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob nº 23.121.920/0001-63, com sede na Avenida Carlos Gomes, nº 434, Centro, CEP: 87015-250, Telefone: (44) 3340-5816, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, Lote: 22, 26, 27 e 55, item ganho: 1 de cada lote, no valor total de R\$ 4.522,50 (Quatro mil quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos).

Art. 4º, Inciso XXII da Lei nº 10.520/2002, em consequência, fica convocado o proponente para assinatura da Ata de Registro de Preços nos termos do art. 64, caput, da Lei nº 8.666/93, sob pena de ocair o direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas no art. 01 desta lei.

Paço Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 14 de abril de 2021.

AGNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal
(Original Assinado)

CÂMARA MUNICIPAL DE CIANORTE-ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2021 – CMC

PARTES:

CÂMARA MUNICIPAL DE CIANORTE, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.783.688/0001-22, com Sede na Avenida Santa Catarina, 621, Centro, em Cianorte, PR, e a empresa: MAURO PEDRO DE LIMA 23679107900, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Pç. Olímpica nº 222, Zona 03, na cidade de Cianorte, inscrita no CNPJ/MF sob nº 39.925.871/0001-51.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato decorre do processo de Dispensa por Limite nº 015/2021 – CMC.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de lavagem dos veículos oficiais da Câmara Municipal de Cianorte.

VALOR: O Presente contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais), sendo R\$ 40,00 (quarenta reais), por serviço de lavagem.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.3.90.39.19.99 – Outros serviços de manutenção e conservação de veículos.

PRAZOS: O presente contrato terá prazo de vigência e execução de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

Gabinete do Presidente do Legislativo Municipal de Cianorte, em 09 de abril de 2021.

WILSON LUIZ PERES PEDRÃO
Presidente



Prefeitura Municipal de São Tomé

CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECCIO, 248 - FONE / FAX: (0xx44) 3607-1280
e-mail: prefeiturasaotome@gmail.com
CEP_87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2021

LICITAÇÃO Nº 26/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ

CONTRATADO: ALG RIO COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI - EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE KITS DE HIGIENE BUCAL E DEDEIRA DE SILICONE, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA E DOS SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS NA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ - PR.

VALOR GLOBAL: 5.160,00 (Cinco Mil, Cento e Sessenta Reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.

DATA DE ASSINATURA: 14/04/2021.

OCELO CESAR FERREIRA LEITE
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de São Tomé

CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECCIO, 248 - FONE / FAX: (0xx44) 3607-1280
e-mail: prefeiturasaotome@gmail.com
CEP_87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telêx: (0xx41) 3684.1206 / 3684.1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: gmuaporemam@uol.com.br

Lei Municipal nº 975/2021

Ementa: Autoriza os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal da Cidade de Guaporema a convocar a Câmara Municipal de Guaporema para a realização de uma reunião ordinária, em conformidade com o inciso XIV, da Lei Orgânica, sanciona a seguinte Lei:

Prêmbulo: A Câmara Municipal da Cidade de Guaporema – Estado do Paraná, aprovou, e eu, Gilberto Castiglioni – Prefeito Municipal, com o empenhamento legal no artigo 34º, inciso XIV, da Lei Orgânica, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Ficam os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal de Guaporema – Estado do Paraná, devidamente autorizados pela presente lei, a firmarem Termo de Convênio, também com o Banco do Brasil S.A.

Art. 2º – Os Termos de Convênio, destacados no artigo anterior, possuem como fim único, a concessão de empréstimos aos servidores públicos municipais, na forma de contratação em folha de pagamento, com a autorização dos respectivos beneficiários.

Parágrafo único – Desde já, fica vedado aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, com avalistas e, garantidores dos pagamentos dos mencionados empréstimos, em casos de inadimplência, por parte dos servidores beneficiários.

Art. 3º – As obrigações dos entes envolvidos no convênio, deverão ser postecipadas em instrumento próprio, a ser firmado em forma bilateral.

Art. 4º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições contrárias.

Prefeitura Municipal da Cidade de Guaporema – Estado do Paraná, aos doze dias do mês de abril do ano de Dois Mil e vinte um.

Gilberto Castiglioni
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telêx: (0xx41) 3684.1206 / 3684.1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: gmuaporemam@uol.com.br

Resolução N. 01, de 13 de abril de 2021.

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle social do FUNDEB no município de Guaporema-Paraná e dá outras providências.

O Presidente do Conselho do FUNDEB de Guaporema-Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a deliberação do conselho, em sua Reunião Ordinária, realizada em 25 de março de 2021, resolve:

Art. 1º. Aprovar o Regimento Interno na forma de Anexo à presente Resolução.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Guaporema, Estado do Paraná, aos 13 dias do mês de abril de 2021.

Priscila Giseli David
Presidente do CACS FUNDEB

Tatiane Graciele Caetano Campos
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Decreto 2902/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telêx: (0xx41) 3684.1206 / 3684.1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: gmuaporemam@uol.com.br

ANEXO 01

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB NO MUNICÍPIO DE GUAPOREMA-PARANÁ

DA FINALIDADE E COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 1º O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no Município - CACS-FUNDEB, criado nos termos da Lei Municipal nº 973, de 23 de março de 2021, em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal, regulamentada na forma da Lei Federal nº 14.113, 23 de dezembro de 2020, é organizado na forma do presente e tem por finalidade proceder ao acompanhamento e ao controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, com organização e ação independentes e em harmonia com os órgãos da Administração Pública Municipal de Guaporema-Paraná.

Art. 2º Compete ao CACS-FUNDEB:

I - elaborar parecer sobre as prestações de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 31 da Lei Federal nº 14.113, de 2020;

II - supervisionar o dado escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, objetivando conciliar a regular e temporária tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alcancem a operacionalização do Fundo;

III - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar- PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PEJA;

IV - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta dos programas nacionais do governo federal em andamento no Município;

V - receber e analisar as prestações de contas referentes aos programas referidos nos incisos II e IV deste artigo, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos, encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE;

VI - examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

VII - atualizar o regimento.

Art. 3º O CACS-FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telêx: (0xx41) 3684.1206 / 3684.1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: gmuaporemam@uol.com.br

I - apresentar, ao Poder Legislativo e aos órgãos de controle interno e externo, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;

II - convocar, por decisão da maioria de seus membros, o Dirigente de Educação Pública Municipal ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, com prazo para fornecimento não superior a 30 (trinta) dias, referentes a:

a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e de serviços custeados pelo Fundo;

b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, com a discriminação dos serviços em efetivo exercício; e

c) o desenvolvimento regular de obras e serviços realizados pelas instituições escolares nos recursos do Fundo;

d) a adequação do serviço de transporte escolar;

e) a utilização, benefício do sistema de ensino, de bens adquiridos com recursos do Fundo para esse fim;

f) o CACS-FUNDEB deverá elaborar e apresentar ao Poder Executivo parecer referente à prestação de contas dos recursos do Fundo.

Parágrafo único. O parecer deve ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo de apresentação da prestação de contas pelo Poder Executivo ao Tribunal de Contas que, conforme previsto na Lei Orgânica do Município, deve ocorrer até 31 de março de cada ano.

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 5º O CACS-FUNDEB será constituído por:

I - membros titulares, na seguinte conformidade:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo, sendo pelo menos 1 (um) deles da Secretaria Municipal de Educação;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública do Município;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas do Município;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas do Município;

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telêx: (0xx41) 3684.1206 / 3684.1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: gmuaporemam@uol.com.br

e) 2 (dois) representantes dos pais/responsáveis de alunos da educação básica pública do Município;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública do Município, devendo 1 (um) deles ser indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

g) 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação - CME;

h) 1 (um) representante do Conselho Tutelar, previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, indicado por seus pais;

i) 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil.

II - membros suplentes: para cada membro titular, será nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no Conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

§ 1º Para fins da representação referida na alínea II do inciso I deste artigo, as organizações da sociedade civil deverão eleger os seguintes suplentes:

I - ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

II - desenvolver atividades direcionadas ao Município;

III - estar em funcionamento há, no mínimo, 1 (um) ano da data de publicação do edital;

IV - desenvolver atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;

V - não figurar como beneficiária de recursos canalizados pelo CACS-FUNDEB ou como contratada pela Administração a título oneroso.

§ 2º Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, no caso da alínea II do inciso I deste artigo, a representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do Conselho, com direito a voz.

§ 3º Na hipótese em que o suplente incorrer na situação de afastamento definitivo, a instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo suplente.

§ 4º Na hipótese em que o titular e o suplente incorram simultaneamente na situação de afastamento definitivo, a instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo titular e suplente.

Art. 6º Ficam impedidos de integrar o CACS-FUNDEB:

I - o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - o tutor, o responsável, o controlador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que preste serviços diretamente ao Conselho, em qualquer de suas reuniões dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins desses profissionais, até o terceiro grau;

III - estudantes que não sejam emancipados;

IV - responsáveis por alunos ou representantes da sociedade civil que:

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telêx: (0xx41) 3684.1206 / 3684.1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: gmuaporemam@uol.com.br

a) exercer cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo;

b) prestar serviços terceirizados no âmbito do Poder Executivo.

Art. 7º Os membros do CACS-FUNDEB, observados os impedimentos previstos no art. 3º, serão indicados na seguinte conformidade:

I - pelo Prefeito, quando se tratar de representantes do Poder Executivo;

II - pelo conjunto dos estabelecimentos ou entidades de âmbito municipal, quando se tratar dos representantes dos diretores, pais de alunos e estudantes, conforme o caso, em processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares;

III - pelas entidades sindicais da respectiva categoria, quando se tratar dos representantes de professores e servidores administrativos;

IV - pela Secretaria Municipal de Educação, por meio de processo eletivo amplamente divulgado e observadas as condições previstas nos §§ 1º e 2º do art. 6º, quando se tratar de organizações da sociedade civil e, se necessário, do segmento de estudantes e seus responsáveis.

Parágrafo único. As indicações dos Conselheiros ocorrerão com antecedência de, no mínimo, 20 (vinte) dias do término do mandato dos conselheiros já designados.

Art. 8º Compete ao Poder Executivo, designar, por meio de portaria específica, os integrantes do CACS-FUNDEB, em conformidade com as indicações referidas no art. 7º.

DO FUNCIONAMENTO

Das Reuniões

Art. 9º As reuniões do CACS-FUNDEB serão realizadas:

I - mensalmente, conforme programado pelo Colegiado;

II - extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de no mínimo, 2/3 (dois terços) dos integrantes do Colegiado;

§ 1º As reuniões serão realizadas em primeira convocação, com a maioria simples dos membros do CACS-FUNDEB em, segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com os membros presentes.

§ 2º As deliberações serão aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos em que o julgamento depender de desempate.

§ 3º As reuniões serão secretariadas por um dos membros, escolhido pelo Presidente, e quem competer a lavratura das atas.

Da Ordem dos Trabalhos e das Discussões

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telêx: (0xx41) 3684.1206 / 3684.1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: gmuaporemam@uol.com.br

Art. 10. As reuniões do Conselho obedecerão à seguinte ordem:

I - Leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;

II - Comunicação da Presidência aos Conselheiros, recebidos e expedidos;

III - Apresentação, pelos conselheiros, de comunicações de cada segmento;

IV - Relatório das correspondências recebidas, recebidas e expedidas;

V - Ordem do dia, referente às matérias constantes na pauta da reunião.

Das Decisões e Votações

Art. 11. As decisões nas reuniões serão tomadas pela maioria dos membros presentes.

Art. 12. Cabe ao Presidente o voto de desempate nas matérias em discussão e votação.

Art. 13. As decisões do Conselho serão registradas no livro de ata.

Art. 14. Todas as votações do Conselho poderão ser simbólicas ou nominais, a critério do Colegiado.

§ 1º Os resultados da votação serão comunicados pelo Presidente.

§ 2º A votação nominal será realizada pela chamada dos membros do Conselho.

Da Presidência e sua Competência

Art. 15. O Presidente e o Vice-Presidente do CACS-FUNDEB serão eleitos por seus pares em reunião do Colegiado.

Parágrafo único. Ficam impedidos de ocupar as funções de Presidente e de Vice-Presidente qualquer representante do Poder Executivo no Colegiado.

Art. 16. Compete ao Presidente:

I - convocar os membros do Conselho para as reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - presidir, supervisionar e coordenar os trabalhos do Conselho, promovendo as medidas necessárias à consecução das suas finalidades;

III - representar o Conselho perante os órgãos e entidades da administração pública municipal;

IV - dirimir as questões de ordem;

V - expedir determinações decorrentes de decisões do Conselho;

VI - aprovar "ad referendum" do Conselho, nos casos de relevância e de urgência, matérias que dependem de aprovação pelo Colegiado;

VII - representar o Conselho perante o Juízo ou fora dele.

Dos Membros do Conselho e suas Competências

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telêx: (0xx41) 3684.1206 / 3684.1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: gmuaporemam@uol.com.br

Art. 17. A atuação dos membros do CACS-FUNDEB:

I - não será remunerada;

II - será considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura a prestação da obrigação de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atribuições e sobre as pessoas que lhes confiam ou deles recebem informações;

IV - será considerada dia de efetivo exercício dos representantes de professores, diretores e servidores das escolas públicas em atividade no Conselho;

V - vedada, no caso dos conselheiros representantes de professores, diretores ou servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) a exoneração de ofício, demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atua;

b) o afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;

VI - vedada, no caso dos conselheiros representantes dos estudantes em atividade no Conselho, no curso do mandato, a atribuição de falta injustificada nas atividades escolares, assim como a suspensão dos direitos pedagógicos.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. As decisões do Conselho não poderão implicar em nenhum tipo de despesa.

Art. 19. Eventuais despesas dos membros do Conselho, no exercício de suas funções, serão objeto de solicitação junto à Secretaria Municipal de Educação, comprovando-se a sua necessidade, para fins de custeio.

Art. 20. O primeiro mandato dos Conselheiros do CACS-FUNDEB, nomeados nos termos da Lei Municipal nº 973/2021, terá vigência até 31 de dezembro de 2022.

Art. 21. A partir de 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do Prefeito, o mandato dos membros do CACS-FUNDEB será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato.

Art. 22. O sítio na internet contendo informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento do CACS-FUNDEB será mantida em atualizado.

I - dos nomes dos Conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;

II - do canal eletrônico ou outro canal de contato direto com o Conselho;

III - das atas de reuniões;

IV - dos relatórios e pareceres;

V - outros documentos produzidos pelo Conselho.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telêx: (0xx41) 3684.1206 / 3684.1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: gmuaporemam@uol.com.br

Art. 23. Caberá ao Poder Executivo, com vistas à execução plena das competências do CACS-FUNDEB, assegurar:

I - infraestrutura, condições materiais e equipamentos adequados e local para realização das reuniões;

Art. 24. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento serão solucionados por deliberação do Conselho, em qualquer de suas reuniões, por maioria de seus membros presentes.

Guaporema, 25 de março de 2021.

Priscila Giseli David
Presidente do CACS-FUNDEB

Juliana Xavier Bela
Vice-Presidente do CACS-FUNDEB

Conselheiros Titulares CACS- FUNDEB:

Tatiane G. Caetano Campos
Mairi da Silva Man
Conselheira
Ana Paula B. Ferreira
Barranco
Conselheira

Conselheiros Suplentes CACS-FUNDEB:

Elana de Oliveira
Conselheira
Camila A. Capolli da
Conselheira
Sueli Cavalcante
Conselheira

Conselheiros Titulares CACS- FUNDEB:

Vanda Ferreira Machado; Lindalva Alves da Silva Marcelo; Maria Isabel dos Santos; Sandra Maria Barranco Polzin; Fabiana S. Puentes Castiglioni; Gemy de Gaspari; Cíntia Máxima de Silva Mayara de Silva Santos Burjuly; Priscila Rudnick Casser; Aparecida do Nascimento Castiglioni; Cleber Luiz Potchoni

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telêx: (0xx41) 3684.1206 / 3684.1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: gmuaporemam@uol.com.br

ANEXO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2021

A Prefeitura Municipal de Guaporema toma público que fará realizar no dia 04 de abril de 2021, às 09:00 horas em sua sede, situada à Rua Pará, 86, licitação na modalidade Pregão nº 31/2021, do tipo Menor Preço, Por Item na forma presencial. O Edital completo poderá ser adquirido na Rua Pará, 86, no 1210 - Departamento de Licitações e Contratos e via internet site: www.guaporema.pr.gov.br. Licitação. E-mail: licitacao@guaporema.pr.gov.br.

Guaporema – Pr., 14 de abril de 2021.

Claudio Balista Pereira
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telêx: (0xx41) 3684.1206 / 3684.1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: gmuaporemam@uol.com.br

DECRETO Nº 2940/2021

Ementa: Fica instituído o Comitê de Volta às Aulas e Gerenciamento da Pandemia Covid-19 e, das outras providências.

Prêmbulo: Eu, Gilberto Castiglioni Prefeito do Município de Guaporema – Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, especialmente com embasamento no artigo 83, inciso II, da Lei Orgânica

Considerando a contínua necessidade de regulamentação das medidas emergenciais de enfrentamento à pandemia da COVID-19;

Considerando o conteúdo do Decreto Estadual nº 4960 de 02 de julho de 2020 que institui o Comitê de Volta às Aulas;

Considerando a necessidade de se implantar Plano de Contingência da Pandemia COVID-19 com todos os protocolos de Biossegurança necessários, bem como, se definir regras e orientações ao retorno das aulas presenciais, no âmbito do município de Guaporema/PR;

DECRETA

Artigo 1º - Fica instituído o Comitê de Volta às Aulas e Gerenciamento da Pandemia Covid-19, em conformidade com o Decreto Estadual nº 6.937/2021, a Resolução 632/2020 (SESA), a Resolução nº 98/2021 (SESA), a Resolução nº 124/2021 (SESA) e a Deliberação nº 01/2021 CEE, para o retorno às aulas presenciais nas Escolas Públicas do Sistema Municipal de Ensino de Guaporema, PR e demais atribuições pertinentes.

Artigo 2º - Ficam indicados os seguintes representantes para compor o respectivo Comitê:

✓ **Representantes da secretaria de Educação e Cultura do Município:**
b) Tatiane Graciele Caetano Campos (Titular)
Vanda Ferreira Machado (Suplente)

✓ **Representante do Conselho Municipal de saúde do Município:**
Vanda Domingos da Silva (Titular)

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telêx: (0xx41) 3684.1206 / 3684.1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: gmuaporemam@uol.com.br

Suelien Castiglioni Tasca Valentin (Suplente)

✓ **Representante do Conselho Municipal de Educação do Município:**
Eglaine Feitosa Martinez (Titular)
Elana de Oliveira (Suplente)

✓ **Representante Jurídico do município:**
Nivaldo Xavier Marques (Titular)

✓ **Representantes do Conselho Tutelar:**
Priscila Rudnick Casser (Titular)
Ana Paula Bortoluzzi Ferreira Barranco (Suplente)

✓ **Representante da Secretaria de Assistência Social do Município:**
Suzana Aparecida Ferreira da Costa (Titular)
Leila Zolin (Suplente)

✓ **Representantes dos profissionais do Centro Municipais da Educação Infantil:**
Sandra Maria Barranco Polzin (Titular)
Juliana Xavier Bela (Suplente)

✓ **Representantes da Escola Municipal:**
Priscila G. David Lima (Titular)
Aparecida do Nascimento Castiglioni (Suplente)

✓ **Representantes do Colégio Estadual:**
Lucenir Luzia Messiano Man (Suplente)

Comitê Municipal de Volta às Aulas e Gerenciamento da Pandemia Covid-19 de Guaporema-Pr

Atribuições:

a) Definir diretrizes e princípios para orientar os trabalhos do Comitê, entre os quais:

b) Garantir o direito à vida;

c) Garantir o direito à educação;

d) Importância do acolhimento ao receber a comunidade escolar;

e) Preservação e valorização das atividades dos professores-alunos;

f) Garantia de recursos orçamentários extraordinários;

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telêx: (0xx41) 3684.1206 / 3684.1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: gmuaporemam@uol.com.br

g) Planejar as ações a serem realizadas pelo Comitê, estabelecendo cronograma e prazos;

h) Definir a data de retorno das aulas presenciais;

i) Organizar e aprovar protocolo para o uso do transporte escolar;

j) Elaborar e aprovar normas e protocolos de segurança sanitária, e higiene, saúde e prevenção para o espaço escolar;

k) Elaborar o plano pedagógico de retorno às aulas, com cronograma de retorno considerando:

l) Observação e respeito aos marcos legais, normatizações e diretrizes para a organização do processo de retorno às aulas;

m) Garantia de aprendizagem, com acesso e permanência;

n) Planejamento reorganização dos tempos e espaços escolares, com realocação do número de crianças e estudantes em aulas presenciais e em atividades não presenciais (complementares);

o) Promoção de busca ativa ao combate à evasão escolar;

p) Definição da ordem de retorno das etapas e modalidades de ensino;

q) Levantamento sobre a efetividade da oferta de atividades não presenciais durante o período de suspensão das aulas;

r) Avaliação de possibilidade de, em algumas escolas, permanecer a oferta de aulas presenciais a todos os estudantes ao mesmo tempo;

s) Identificar crianças, estudantes, profissionais e trabalhadores da educação integrantes dos grupos e risco;

t) Definir como será feita a oferta do ensino-aprendizagem a essas crianças e estudantes;

u) Definir como será reorganizado o regime de trabalho desses profissionais e trabalhadores da educação (trabalho remoto);

v) Organizar diretrizes para a rede realizar contratação temporária para a respectiva substituição de professores e trabalhadores desse grupo;

w) Definir protocolos de atendimentos às crianças, estudantes, profissionais e trabalhadores da educação que se sentirem mal na escola ou no centro de educação infantil, encaminhando casos suspeitos/sintomáticos à área de saúde;

x) Monitorar evolução de número de infectados, internações, óbitos entre os membros da comunidade escolar;

y) Estabelecer protocolos para manuseio dos alimentos e limpeza dos utensílios utilizados na alimentação escolar;

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telêx: (0xx41) 3684.1206 / 3684.1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: gmuaporemam@uol.com.br

a) Definir como será a oferta de alimentação/ refeições individuais na escola e no centro infantil;

b) Criar e fortalecer as condições para o exercício da gestão democrática, contemplando:

a) Planejamento das ações de maneira articulada;

b) Fortalecimento de relações família-escola;

c) Definição de estratégias e procedimentos com as Comissões escolares de Gerenciamento da Pandemia da Covid-19;

f) Organizar reuniões técnicas de gestores, profissionais e trabalhadores da educação, referente ao trabalho a ser realizado para o retorno das aulas presenciais.

Parágrafo Único: Caberá a todos adotar as providências necessárias para o efetivo cumprimento das medidas estabelecidas neste documento.

Esta documento entra em vigor na data de sua publicação.

Guaporema, 11 de fevereiro de 2021.

Gilberto Castiglioni
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Poço Municipal "Manoel Peres Filho"
Av. Bolívar, 363 - Fone: (41) 3635-1327 - Fax: 3635-1300 - CEP: 87225-000
CNPJ: 75.788.347/0001-31 - JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 096/2021

ADRIANA CRISTINA POLIZER, PREFEITA MUNICIPAL DE JAPURÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO O CONTEÚDO NO ARTIGO Nº 87 DA LEI MUNICIPAL Nº 024/2003 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2003,

RESOLVE:

ART. 1º – CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES A QUE TEM DIREITO A FUNCIONÁRIO PÚBLICA MUNICIPAL, SENHORA FERNANDA MAIARA PETRI, LOTADA NO CARGO EFETIVO DE TENDADOR DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO (SAMAE) DESTA CIDADE DE JAPURÁ/PR, A PARTIR DO DIA 12/04/2021 ATÉ O DIA 11/08/2021, REFERENTE AO PERÍODO DE TRABALHO DE 11/03/2019 A 10/03/2020.

ART. 2º – ESTA PORTARIA ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

PAÇO MUNICIPAL "MANOEL PERES FILHO" DE JAPURÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 12 DE ABRIL DE 2021.

ADRIANA CRISTINA POLIZER
PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Poço Municipal "Manoel Peres Filho"
Av. Bolívar, 363 - Fone: (41) 3635-1327 - Fax: 3635-1300 - CEP: 87225-000
CNPJ: 75.788.347/0001-31 - JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 091/2021

ADRIANA CRISTINA POLIZER, Prefeita Municipal de Japurá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgamentária Municipal nº 031/2020 de 21/10/2020 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE desta cidade de Japurá, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2021, um CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado à inclusão na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE	Função: 17.000.000.000 - Manutenção	Subfunção: 17.512.000.000 - Manutenção Básica Urbana	Programa: 17.512.003.000 - Manutenção Geral	Atribuição: 17.512.003.200 - Operação e Manutenção do Sistema de Água Urbano	Categoria Econômica: 3.3.90.91.00.00 - Indenizações e Restituições	Valor: R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos: 30076 - Recursos Proprios - Exercício Anterior						R\$ 50.000,00
TOTA DO SUPLEMENTAÇÃO:						R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado como fonte de recursos o SUPERÁVIT FINANCEIRO apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "MANOEL PERES FILHO" DE JAPURÁ, Estado do Paraná, em 12 de abril de 2021.

ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Japurá
Avenida Bolívar, 363 - Centro - Fone: (41) 3635-1327 - Fax: (41) 3635-1300
e-mail: admin@japuramg.gov.br - CEP: 87225-000 - JAPURÁ - PR

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2021
LICITAÇÃO Nº 31/2021 - PREGÃO Nº 21/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAPURÁ
CONTRATADO: ADRIANA CRISTINA POLIZER
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ETANOL, DIESEL S10 E DIESEL COMUM) DESTINADOS A ATENDER OS VEÍCULOS AUTOMOTORES QUE COMPÕEM A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ/PR - MEDIANTE A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2020.
VALOR GLOBAL: R\$ 448.048,55 (Quatrocentos e Quarenta e Oito Mil e Quarenta e Oito Reais e Oitenta e Cinco Centavos).



PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 30 (TRINTA) dias, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 14/04/2021

ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Japurá
Avenida Bolívar, 363 - Centro - Fone: (41) 3635-1327 - Fax: (41) 3635-1300
e-mail: admin@japuramg.gov.br - CEP: 87225-000 - JAPURÁ - PR

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2021
LICITAÇÃO Nº 31/2021 - PREGÃO Nº 21/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAPURÁ
CONTRATADO: ADRIANA CRISTINA POLIZER
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ETANOL, DIESEL S10 E DIESEL COMUM) DESTINADOS A ATENDER OS VEÍCULOS AUTOMOTORES QUE COMPÕEM A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ/PR - MEDIANTE A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2020.
VALOR GLOBAL: R\$ 44.447,00 (Quarenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Setenta e Sete Reais).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	GASOLINA COMUM (GALÃO) - 25 LITROS	UNIDADE	80.000	0,75	60.000,00
2	ETANOL COMUM (GALÃO) - 25 LITROS	UNIDADE	80.000	0,75	60.000,00
3	DIESEL S10 (GALÃO) - 25 LITROS	UNIDADE	80.000	0,75	60.000,00
4	DIESEL COMUM (GALÃO) - 25 LITROS	UNIDADE	80.000	0,75	60.000,00
5	GASOLINA COMUM (GALÃO) - 25 LITROS	UNIDADE	80.000	0,75	60.000,00
6	ETANOL COMUM (GALÃO) - 25 LITROS	UNIDADE	80.000	0,75	60.000,00
7	DIESEL S10 (GALÃO) - 25 LITROS	UNIDADE	80.000	0,75	60.000,00
8	DIESEL COMUM (GALÃO) - 25 LITROS	UNIDADE	80.000	0,75	60.000,00
9	GASOLINA COMUM (GALÃO) - 25 LITROS	UNIDADE	80.000	0,75	60.000,00
10	ETANOL COMUM (GALÃO) - 25 LITROS	UNIDADE	80.000	0,75	60.000,00
11	DIESEL S10 (GALÃO				

<div><div>MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ Estado do Paraná Praça Paraná, 50 - Fone/Fax: (044)3644-1114, 3644-1185, 3644-1100 e 3644-1178 e-mail: publicacoes@saomaneldoparana.pr.gov.br CEP: 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná CNPJ: 08.969.617/0001-63</div></div> <div>DECRETO Nº. 086/2021 <i>Dispõe sobre as medidas de prevenção e de enfrentamento a surtos de doenças durante pandemia declarada pela OMS – Organização Mundial da Saúde em razão da grande expansão da vírus COVID-19 (Novo Coronavírus) e nível sanitário.</i></div> <div>AGNALDO TREVISAN, Prefeito Municipal de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais; DECRETA: Art. 1º Institui no período das 20 horas às 05 horas, diariamente, restrição provisória de circulação em espaços e vias públicas, a partir das 23 horas do dia 15 de abril de 2021 às 05 horas do dia 30 de abril de 2021. Parágrafo único. Excetua-se do disposto no caput deste artigo a circulação de pessoas e veículos em razão de serviços e atividades essenciais, sendo entendido, todos aqueles definidos no art. 4º e art. 5º, incisos I a XI, e parágrafo único do Decreto Estadual nº 6.983 de 26 de fevereiro de 2021. Art. 2º Fica proibida a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas em espaços de uso público ou coletivos e em estabelecimentos comerciais, no período das 23 horas às 05 horas, diariamente, a partir das 23 horas do dia 15 de abril de 2021 às 05 horas do dia 30 de abril de 2021. Art. 3º O atendimento presencial ao público nas repartições públicas municipais ocorrerá com redução de 50% da capacidade de atendimento, com a observância das regras sanitárias impostas pela legislação vigente. Parágrafo único. O caput deste artigo não se aplica a Secretária Municipal de Saúde, a Unidade Básica de Saúde José Bento Pinheiro, a Clínica Odontológica e a Clínica de Fisioterapia que mantiverem seus atendimentos, com observância as determinações da Secretária de Estado de Saúde – SESA. Art. 4º Aplica-se o regime de teletrabalho para os servidores municipais, quando necessário e justificado e, se o trabalho for compatível com este regime. Art. 5º Deverá ser considerada no âmbito do Poder Executivo e legislativo Municipal, bem como no iniciativa privada, a adequação do expediente dos trabalhadores aos horários de restrição provisória de circulação definidos neste Decreto, quando possível. Art. 6º Compete à Secretária de Estado da Segurança Pública – SSP, por meio da Polícia Militar do Estado do Paraná, a intensificação de fiscalização, para integral cumprimento das medidas previstas no Decreto Estadual nº 6.983 de 26 de fevereiro de 2021.</div>	<p>Parágrafo único. Caberá a Secretária Municipal de Saúde agir de modo a complementar a fiscalização.</p> <p>Art. 7º Ficam suspensas todas as viagens para fora do município com veículos públicos, sejam elas viagens oficiais, à serviço, cursos e eventos, do Prefeito, Secretários e Servidores Municipais, exceto com consentimento do gabinete do executivo.</p> <p>Art. 8º Fica suspensa o transporte sanitário para fora do município em casos de atendimentos eletivos, mantidos apenas o transporte de urgência e emergência, para manutenção de tratamentos de alta complexidade, hemodílios, pacientes oncológicos, gestão de alto risco e à critério da Secretária Municipal de Saúde.</p> <p>Art. 9º Ficam suspensas a realização de reuniões, assembleias, contratações, eventos, shows e atividades em locais fechados, sejam governamentais, esportivos, artísticos, culturais, políticos, científicos, comerciais públicos ou particulares e similares e, atividades em grupo no âmbito do Município.</p> <p>Art. 10 Fica suspensa a visitação na RPPN Caraguatuba, devendo a mesma permanecer fechada durante a vigência deste Decreto, cabendo a Secretária Municipal de Meio Ambiente e Turismo o controle e fiscalização.</p> <p>Art. 11 Fica suspensa as aulas presenciais no Centro de Educação Infantil Pequeno Príncipe e Escola Municipal Monteiro Lobato.</p> <p>Art. 12 Os seguintes serviços e atividades não essenciais deverão funcionar a partir de 16 de abril de 2020 até o dia 30 de abril de 2021, com restrição de horário, modalidade de atendimento e/ou regras de ocupação e capacidade:</p> <p>I – atividades comerciais e prestação de serviços, das 08 horas às 17 horas, de segunda à sexta-feira e aos sábados das 10 horas às 13 horas, com limitação de 50% de ocupação.</p> <p>II – práticas esportivas individuais, das 06 horas às 20 horas de segunda à sexta-feira, com uso obrigatório de máscara.</p> <p>III – restaurantes, lanchonetes e bares, das 10 horas às 22 horas e 30 minutos, de segunda à domingo, com limitação de 50% de ocupação.</p> <p>IV – Salões de beleza e barbearia das 10 horas às 19 horas, de segunda à sexta-feira e aos sábados das 10 horas às 17 horas, com limitação de 50% de ocupação.</p> <p>51º Para fins deste Decreto, são considerados serviços e atividades essenciais as atividades descritas nos incisos I a XI, e parágrafo único do art. 5º do Decreto Estadual nº 6.983 de 26 de fevereiro de 2021.</p> <p>52º Os serviços de entrega <i>delivery</i> de alimentos preparados por restaurantes, lanchonetes e bares poderão funcionar e ser realizados até às 23h de segunda-feira a domingo.</p> <p>53º Os serviços essenciais poderão funcionar sem qualquer limitação de horário de segunda-feira a domingo.</p> <p>54º As disposições dos incisos I, III e IV deste artigo deverão seguir as seguintes determinações:</p> <p>a) Controlar o acesso interno e externo ao seu estabelecimento respeitando a distância mínima de 1,5 metro por pessoa;</p>	<p>b) Adotar medidas eficazes de segurança e saúde no trabalho com o objetivo de evitar a transmissão do Covid-19 aos trabalhadores dos estabelecimentos;</p> <p>c) Disponibilizar aos clientes álcool líquido 70% ou álcool gel 70% e recomendar a higienização das mãos na entrada e na saída do estabelecimento;</p> <p>d) Não divulgar promoções que gerem o aumento de busca pelo estabelecimento;</p> <p>e) Fornecer máscaras para a utilização dos funcionários durante o expediente de trabalho;</p> <p>f) Exigir a utilização de máscaras de todos os clientes, impedindo o acesso ao estabelecimento, caso este se recuse ao uso.</p> <p>Art. 13 As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.</p> <p>Art. 14 Fica revogado o Decreto Municipal nº 76 de 06 de abril de 2021.</p> <p>Art. 15 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Pauço Municipal “13 de Setembro” de São Manoel do Paraná, em 14 de abril de 2021.</p> <p>AGNALDO TREVISAN Prefeito Municipal (assinado no original)</p>	<div><div>PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ Paço Municipal “Manoel Peres Filho” Fone: (40) 3033-1237 - Fax: 3033-1100 - CNPJ Nº 15.788.349/0001-39 JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ</div></div> <div>PORTARIA Nº. 100/2021</div> <div>ADRIANA CRISTINA POLIZER, Prefeita Municipal de Japurá – Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Considerando o Artigo 31 da Lei Municipal Nº. 024/2003 de 12 de Novembro de 2003.</div> <div>RESOLVE</div> <div>DESIGNAR, a Funcionária Pública Municipal, Sra. ALINE EUGÊNIA DA CRUZ, Carteira de Identidade RG nº 12.313.015-4/PR, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE), para prestar serviços na Prefeitura Municipal de Japurá, a partir de 15 de abril de 2021, por prazo indeterminado, com ênfase para o esgoto, percebendo seus vencimentos correspondentes ao mesmo nível e classe do seu cargo efetivo atual.</div> <div>Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogando-se as disposições em contrário.</div> <div>Paço Municipal “Manoel Peres Filho” de Japurá – Estado do Paraná, em 14 de abril de 2021.</div> <div>ADRIANA CRISTINA POLIZER Prefeita Municipal</div>
---	--	--	---

